DIÁRIO RO

diarioro.com.br

Mala Direta Endereçada
Nº. 10.483.593/0001-48
Editora Gráfica Voz Regional LTDA
Correios

Ano XVII - Edição 1141 | Porto Velho - RO, 13 de novembro de 2026 | R$ 2,00

Justiça Eleitoral determina cassação dos vereadores Zé Paroca e Breno Mendes por fraude na cota de gênero

A decisão foi proferida na última quarta-feira (11), pela 6ª Zona Eleitoral, e também prevê a anulação dos votos da legenda e a redistribuição das duas cadeiras conquistadas pela sigla na Câmara Municipal.

Leia mais na pág. 03



Justiça reconhece fraude na cota de gênero do Avante, anula votos e determina redistribuição de duas vagas. Vereadores podem recorrer.



PÁGINA. 03

Câmara avança com projetos de distribuição gratuita de absorventes e atendimento remoto a gestantes

PÁG. 04

Governador interino deputado Alex Redano anuncia proposta para regularizar garimpo em Rondônia



O governador interino de Rondônia, Alex Redano, apretende elaborar propostas para buscar a regularização da atividade garimpeira e da mineração no estado.

PÁGINA 02

Detran-RO promove ações em memória das vítimas do trânsito em Rondônia



Campanha de conscientização terá atividades educativas em Porto Velho e outros municípios para alertar sobre os riscos da imprudência e a preservação de vidas.

PÁGINA 05

Marcos Rogério critica pedágios na BR-364 e alerta para aumento dos custos no Arco Norte



Governador eleito questiona concessões rodoviárias e da hidrovia do Madeira e aponta riscos ao transporte de cargas e ao preço dos produtos em Rondônia.

PÁGINA 05

Ministério Público de Rondônia se reúne com Sesau para discutir melhorias na rede pública estadual de saúde

PÁGINA 04

Marcos Rogério critica pedágios na BR-364 e alerta para aumento dos custos no Arco Norte

O senador e governador eleito de Rondônia, Marcos Rogério (PL), fez duras críticas à cobrança de pedágios na BR-364 e à possibilidade de concessão da hidrovia do rio Madeira. Durante reunião da Comissão de Infraestrutura do Senado, nesta terça-feira (10), o parlamentar questionou as motivações por trás dos projetos e afirmou que a soma das tarifas pode comprometer a viabilidade econômica do Arco Norte, importante corredor logístico para o escoamento da produção brasileira.

"E aí com qual motivação? O que está por trás disso? É uma questão econômica? O que está por trás disso é uma questão ambiental? O que está por trás disso é o quê? Porque simplesmente inviabiliza", declarou Marcos Rogério, ao questionar os impactos das concessões sobre o transporte de cargas na região.

Segundo o governador eleito, a combinação dos pedágios no trecho da BR-364 em Rondônia, das tarifas previstas para rodovias em Mato Grosso e de uma eventual cobrança pelo transporte fluvial no Madeira pode tornar a operação logística excessivamente onerosa. Marcos Rogério estimou que uma carreta poderia acumular despesas próximas de R$ 4 mil apenas com pedágios rodoviários, considerando os dois estados. "Porque se você fizer a conta do custo que você tem no trecho Mato Grosso, do custo que você tem no trecho Rondônia, e mais o custo que você teria para usar as balsas na hidrovia do Madeira, simplesmente se inviabiliza todo o Arco Norte", afirmou.

O senador também criticou o modelo de transferência de serviços públicos à iniciativa privada acompanhado da cobrança de tarifas. Para ele, os custos não ficam restritos aos transportadores e acabam sendo repassados aos consumidores, inclusive à população de menor renda. Marcos Rogério argumentou que o aumento das despesas logísticas pode atingir diretamente os preços de alimentos, medicamentos e materiais de construção.

"Para o usuário do sistema, e quem paga mais é o pobre, porque se ele diz que o pobre não tem carro, não usa pedágio, o pobre come, o pobre bebe, o pobre usa remédio", afirmou. Na sequência, classificou como "falácia" e "engodo" o argumento de que pessoas sem veículos não seriam afetadas pela cobrança de pedágios.

As declarações ocorreram durante discussão na Comissão de Infraestrutura, que aprovou requerimentos para solicitar uma auditoria e realizar audiência pública sobre a concessão da chamada Rota Agro Central, projeto que abrange 887,6 quilômetros de rodovias entre Rondônia e Mato Grosso. Marcos Rogério, que preside o colegiado, subscreveu o pedido de auditoria. A eventual concessão da hidrovia do Madeira também tem sido objeto de questionamentos no Senado.



Governador eleito questiona concessões rodoviárias e da hidrovia do Madeira e aponta riscos ao transporte de cargas e ao preço dos produtos em Rondônia.

Ao defender uma avaliação mais ampla das consequências econômicas das concessões, o governador eleito afirmou que o debate não pode se limitar aos contratos e aos custos das empresas de transporte. "Então, a discussão precisa ser profunda e considerando os impactos reais na vida do conjunto da sociedade. Nós estamos falando de algo que vai impactar a vida de todo mundo", concluiu.

Governador interino deputado Alex Redano anuncia proposta para regularizar garimpo em Rondônia

Presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia (Alero), Redano assumiu temporariamente o comando do Executivo estadual por 11 dias, durante a viagem internacional do governador Marcos Rocha à Turquia, onde participa de compromissos relacionados à conferência do clima.

Durante uma sessão extraordinária na Assembleia Legislativa, Alex Redano afirmou que sua equipe está estudando a elaboração de um projeto de lei na área ambiental, além de um decreto ou outra proposta legislativa voltada à garimpagem legal.

Segundo ele, a intenção é oferecer segurança jurídica aos trabalhadores que dependem da mineração, permitindo que desenvolvam suas atividades dentro da legalidade.

O governador em exercício também destacou que pretende buscar soluções para famílias que vivem em áreas de conflitos ambientais e enfrentam insegurança relacionada à atividade rural e minerária.

Limites legais

Apesar da proposta, a regulamentação da mineração envolve competências previstas na Constituição Federal. Os recursos minerais pertencem à União, e cabe privativamente ao Governo Federal legislar sobre jazidas, minas e outros recursos minerais.

Dessa forma, eventuais medidas estaduais precisarão respeitar os limites constitucionais e as atribuições dos órgãos federais responsáveis pelo setor. As propostas ainda estão em fase de estudo e deverão passar por análise técnica antes de eventual encaminhamento para discussão.



O governador interino de Rondônia, Alex Redano, anunciou nesta quarta-feira (11) que pretende elaborar propostas para buscar a regularização da atividade garimpeira e da mineração no estado.

DIÁRIO RO diarioro.com.br
Empresa Jornalística Voz Regional
CNPJ: 10.483.593/0001-48
Fundado em 19 de Novembro de 2008
Rua General Osório, 243 - Centro
CEP: 76801-086 - Porto Velho - Rondônia

Jornalismo
(69) 3224-2485
jornalismo.diarioro@gmail.com

REDAÇÃO
Rua General Osório, 243,
Centro - Porto Velho - RO

Redação
diarioderondonia@gmail.com

Comercial
vozregionaladm@gmail.com
(69) 99264-1811

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus autores e não refletem a opinião do veículo.

Justiça Eleitoral determina cassação de Zé Paroca e Breno Mendes por fraude na cota de gênero em Porto Velho

A Justiça Eleitoral determinou a cassação dos mandatos dos vereadores Zé Paroca e Breno Mendes, em Porto Velho, após reconhecer fraude no cumprimento da cota mínima de candidaturas femininas pelo partido Avante nas eleições municipais de 2024. A decisão foi proferida na última quarta-feira (11), pela 6ª Zona Eleitoral, e também prevê a anulação dos votos da legenda e a redistribuição das duas cadeiras conquistadas pela sigla na Câmara Municipal.

A sentença foi assinada pela juíza Silvana Maria de Freitas, que julgou procedente a Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) nº 0600496-04.2024.6.22.0006, apresentada pelo Ministério Público Eleitoral (MPE). Com isso, foi determinado o cancelamento do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP) do Avante para a disputa proporcional de 2024.

Nas eleições municipais, o partido havia conquistado duas vagas no Legislativo. Zé Paroca foi eleito com 2.825 votos, a maior votação nominal da legenda. Já Breno Mendes recebeu 2.276 votos e garantiu a segunda cadeira por meio da distribuição das sobras eleitorais.

A decisão judicial aponta que o Avante teria utilizado candidaturas femininas fictícias para cumprir a exigência legal de participação mínima de 30% de mulheres nas eleições, prevista na Lei nº 9.504/1997.

Durante a investigação, foram identificadas irregularidades nas candidaturas de Carla Teles Priore e Gleici Tatiana Meires dos Santos. Segundo a apuração, Carla recebeu R$ 36,5 mil do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), mas obteve apenas três votos e não realizou propaganda eleitoral.

Gleici, por sua vez, recebeu somente um voto e também não apresentou atos próprios de campanha. Para a Justiça Eleitoral, os elementos reunidos demonstraram que as candidaturas foram registradas apenas para cumprir formalmente a cota de gênero.



Justiça reconhece fraude na cota de gênero do Avante, anula votos e determina redistribuição de duas vagas. Vereadores podem recorrer.

Com a invalidação da chapa proporcional do Avante, a Justiça Eleitoral determinou a anulação de 15.840 votos recebidos pelo partido em Porto Velho. Desse total, 15.705 foram votos nominais e 135 votos de legenda.

A decisão também estabelece o envio do processo à 20ª Zona Eleitoral, responsável por realizar a retotalização dos votos. O procedimento inclui o recálculo dos quocientes eleitoral e partidário, além da redistribuição das duas vagas conquistadas pelo Avante entre os demais partidos habilitados.

A sentença também diferenciou a cassação dos mandatos da aplicação da penalidade de inelegibilidade.

A juíza determinou que Carla Teles Priore e Gleici Tatiana Meires dos Santos fiquem inelegíveis por oito anos, por entender que ambas consentiram formalmente com a fraude.

Já os vereadores Zé Paroca e Breno Mendes, assim como os demais suplentes da legenda, não receberam essa penalidade. Segundo a decisão, não foram apresentadas provas suficientes de que eles participaram diretamente ou tinham conhecimento e concordância com o esquema.

Apesar da determinação de cassação, a decisão foi proferida em primeira instância e ainda cabe recurso ao Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO).

Por isso, Zé Paroca e Breno Mendes poderão continuar exercendo seus mandatos na Câmara Municipal enquanto o processo estiver dentro do prazo recursal e não houver determinação de cumprimento imediato da decisão. A definição sobre as duas cadeiras dependerá dos desdobramentos do processo e da retotalização dos votos pela Justiça Eleitoral.

TCE-RO suspende licitação de R$ 3,4 milhões de engenharia em Costa Marques

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) determinou a suspensão imediata do Pregão Eletrônico SRP n. 28/SUPEL/2026, deflagrado pelo Município de Costa Marques. A decisão monocrática atende a uma denúncia sobre supostas irregularidades na modelagem da licitação, cuja sessão pública estava agendada para o dia 13 de novembro de 2026.

O certame, que tem como objeto o Registro de Preços para futura e eventual prestação de serviços técnicos de engenharia, arquitetura e meio ambiente, reúne 119 itens em um único grupo, com julgamento pelo menor preço global e valor estimado de R$ 3.430.085,67. A representação aponta que o objeto licitado possui natureza predominantemente intelectual. Por esse motivo, a seleção não poderia ser feita por meio da modalidade "pregão" e nem utilizar como critério exclusivo o menor preço. Entre os serviços listados no Termo de Referência estão projetos arquitetônicos, hidráulicos, estruturais, de drenagem, de pavimentação e de pontes de concreto armado. A prática, segundo a denúncia, viola dispositivos da Nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021), especificamente os artigos 6º, 29, 36 e 37, que vedam o uso de pregão para serviços técnicos especializados.

Além disso, a peça questiona a reunião de todos os 119 itens em um único lote e o uso do sistema de registro de preços. A exigência de que o licitante apresente proposta para a totalidade dos serviços pode afastar empresas aptas a executar apenas parcelas autônomas da contratação, reduzindo a competitividade e prejudicando a busca pela proposta mais vantajosa. Ao analisar o caso, o relator considerou que estão presentes os requisitos para a concessão da tutela antecipatória. O conselheiro destacou que a possibilidade de medir o serviço não demonstra, por si só, que a elaboração de um projeto de engenharia possa ser enquadrada como um "serviço comum", reforçando os indícios de inadequação da modalidade escolhida.

Diante do risco de a sessão pública consolidar uma seleção realizada sob regras inadequadas, o TCE-RO determinou a suspensão dos atos do certame até ulterior decisão. O prefeito de Costa Marques, Fabiomar Agostini Bento, deverá adotar as medidas imediatas para suspender a licitação e comprovar a ação ao Tribunal em até 10 dias. Ele também tem o mesmo prazo para enviar a cópia integral do processo administrativo e apresentar sua manifestação e defesa quanto aos fatos narrados. O descumprimento poderá ensejar multa.

Câmara avança com projetos de distribuição gratuita de absorventes e atendimento remoto a gestantes

Dois projetos de lei voltados à saúde e à proteção das mulheres avançaram na Câmara dos Deputados. As propostas preveem a distribuição gratuita de absorventes higiênicos em todos os municípios brasileiros e a oferta de atendimento remoto multidisciplinar para gestantes residentes em áreas rurais ou localidades de difícil acesso.

O Projeto de Lei nº 1309/2024, de autoria dos deputados Luiz Couto (PT-PB) e Alexandre Lindenmeyer (PT-RS), determina que todas as prefeituras mantenham pelo menos um ponto de distribuição gratuita de absorventes. A proposta busca ampliar o acesso a produtos de higiene menstrual, especialmente em municípios sem estabelecimentos credenciados ao Programa Farmácia Popular. O texto está apto para análise do Senado Federal.

Já o Projeto de Lei nº 2099/2024, apresentado pela deputada Meire Serafim (União-AC), prevê atendimento por telessaúde para gestantes de comunidades rurais e isoladas. A proposta recebeu parecer favorável da Comissão de Saúde e seguirá para análise das comissões de Defesa dos Direitos da Mulher e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

O atendimento remoto deverá incluir profissionais de enfermagem obstétrica, nutrição, psicologia e assistência social durante o pré-natal e o pós-parto. A modalidade será complementar às consultas presenciais e aos exames indispensáveis, com integração às equipes de Saúde da Família e à Rede Alyne, do Sistema Único de Saúde (SUS).



Propostas buscam ampliar o acesso à saúde menstrual e garantir assistência a mulheres que vivem em áreas rurais e regiões de difícil acesso.

O projeto também prevê acesso à internet e equipamentos adequados para a realização das consultas, além de atendimento reservado para identificar possíveis situações de violência doméstica. As medidas buscam ampliar a assistência às gestantes, reduzir dificuldades de deslocamento e fortalecer a proteção à saúde das mulheres em regiões afastadas dos centros urbanos.

Ministério Público de Rondônia se reúne com Sesau para discutir melhorias na rede pública estadual de saúde

O Ministério Público de Rondônia (MPRO) reuniu-se com representantes da Secretaria de Estado da Saúde (Sesau), na terça-feira (10), para discutir problemas na rede pública estadual, incluindo filas de cirurgias, falta de medicamentos, dificuldades na realização de exames e deficiências estruturais em hospitais. O encontro ocorreu na sede do MPRO, em Porto Velho, e foi conduzido pelo promotor de Justiça Leandro da Costa Gandolfo, titular da 13ª Promotoria de Justiça.

Durante a reunião, foram apresentados números que demonstram a demanda por procedimentos especializados no estado. Segundo os dados mencionados pela Promotoria, existem cerca de 10.900 solicitações para cirurgia geral, 3.442 para mastologia e 4.136 para neurocirurgia. O Ministério Público solicitou informações detalhadas sobre as filas, incluindo quantidade de pacientes, tempo de espera e capacidade de atendimento das unidades hospitalares.

Outro problema discutido foi a falta de medicamentos e materiais utilizados nos tratamentos. A Sesau deverá apresentar, no prazo de 15 dias, inventários atualizados dos estoques das unidades estaduais.

Também foram abordadas dificuldades no fornecimento do medicamento Rituximabe e na realização de plasmaférese terapêutica, procedimento necessário em determinadas situações clínicas graves.

As condições estruturais dos hospitais também foram avaliadas. No Hospital e Pronto-Socorro João Paulo II, foram apontados problemas de manutenção e segurança. No Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, foram discutidas a falta de equipamentos de fisioterapia e as obras do setor de ortopedia, cuja entrega está prevista para 16 de dezembro. Já no Hospital Infantil Cosme e Damião, foram relatadas fissuras e trincas na estrutura, enquanto o Hospital Regional de Extrema apresentou problemas nas instalações elétricas.



Reunião com a Sesau apontou falta de medicamentos, problemas estruturais e milhares de pacientes aguardando procedimentos especializados na rede estadual.

O Ministério Público determinou o encaminhamento de relatórios técnicos à área de obras da Sesau, que deverá apresentar, em até 15 dias após o recebimento, um cronograma de intervenções em cada unidade. A prioridade será dada às situações que representam riscos aos pacientes e profissionais de saúde, especialmente problemas elétricos, sanitários e de segurança.

A reunião também discutiu alternativas para ampliar a capacidade de atendimento e melhorar o controle das filas por meio de ferramentas tecnológicas.

Representantes da gestão estadual e da equipe de transição participaram das discussões, que buscaram assegurar a continuidade dos serviços durante a mudança administrativa. A 13ª Promotoria de Justiça continuará acompanhando o cumprimento das medidas solicitadas e a execução das providências para melhorar o atendimento à população.



Detran-RO promove ações em memória das vítimas do trânsito em Rondônia

O Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia (Detran-RO) realiza uma programação especial em alusão ao Dia Mundial em Memória das Vítimas do Trânsito, celebrado no domingo (15). A iniciativa busca conscientizar motoristas, motociclistas, ciclistas e pedestres sobre os riscos da violência no trânsito e a importância de atitudes responsáveis para reduzir acidentes e preservar vidas.

Durante o mês de novembro, equipes do Detran-RO promovem intervenções educativas em pontos considerados críticos para a ocorrência de acidentes em diversos municípios do estado.

As atividades acontecem principalmente às quartas e sextas-feiras, com orientações ao público e distribuição de mensagens com QR Code, que direcionam para relatos de pessoas afetadas pela violência no trânsito.

Em Porto Velho, a programação será intensificada no domingo (15), com apresentações teatrais e ações educativas em locais de grande circulação. Entre os pontos previstos estão o Espaço Alternativo, Parque Circuito, Mercado Central, Feira do Cai N'Água, pontos de ônibus e cruzamentos semaforizados. As dramatizações buscam demonstrar as consequências da imprudência e estimular comportamentos mais seguros nas vias públicas.

Segundo o diretor da Escola Pública de Trânsito (EPTran), Talysson Bezerra, a educação é fundamental para transformar comportamentos e evitar novas vítimas. O diretor-geral do Detran-RO, Sandro Rocha, também destacou que a campanha reforça a responsabilidade individual e coletiva na prevenção de acidentes, lembrando que as decisões tomadas por condutores e pedestres podem colocar vidas em risco.

O Dia Mundial em Memória das Vítimas do Trânsito é lembrado anualmente no terceiro domingo de novembro e presta homenagem às pessoas que perderam a vida em acidentes, além de reconhecer o sofrimento de familiares e amigos.



Campanha de conscientização terá atividades educativas em Porto Velho e outros municípios para alertar sobre os riscos da imprudência e incentivar a preservação de vidas.

A mobilização em Rondônia pretende ampliar a conscientização sobre segurança viária e incentivar o respeito às normas de circulação, contribuindo para um trânsito mais seguro e humano.

Prefeitura negocia aumento de 57% na tarifa de água enquanto CPI investiga concessionária em Alta Floresta

A população de Alta Floresta poderá enfrentar um aumento de aproximadamente 57% na tarifa de água até 2030. A proposta de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato com a concessionária Águas Alta Floresta foi apresentada na quarta-feira (11) pelo vice-prefeito Robson Quintino (MDB), durante coletiva de imprensa com a participação do prefeito Chico Gamba (União). A negociação ocorre enquanto a Câmara Municipal investiga possíveis irregularidades na concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Conforme a proposta apresentada pela administração municipal, os reajustes serão aplicados em quatro etapas. O primeiro aumento, de 20%, está previsto para fevereiro de 2027, seguido de outro percentual de 20% em fevereiro de 2028. Para fevereiro de 2029 e fevereiro de 2030, estão previstos reajustes de 8,5% em cada ano. Segundo a prefeitura, o parcelamento busca reduzir o impacto imediato sobre os consumidores. A negociação também prevê a redução da Taxa Interna de Retorno (TIR) da concessionária, de 46,19% para 18%.



Prefeitura apresenta proposta de reajuste em quatro etapas enquanto CPI investiga contrato de concessão e denúncias sobre a qualidade da água.

A proposta ocorre em meio aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Água, instalada em setembro para investigar o contrato nº 344/2002. A comissão apura o cumprimento das obrigações contratuais, os investimentos realizados e reclamações sobre a qualidade da água. Análises laboratoriais de amostras coletadas em julho identificaram concentrações de ferro e manganês acima dos parâmetros de referência, além de alterações na cor e turbidez da água em determinados pontos do sistema.

A concessionária contestou a interpretação de que os resultados indicariam contaminação generalizada, argumentando que as análises foram realizadas em pontos específicos e durante intervenções no sistema. Vereadores também questionaram a possibilidade de aumento tarifário antes da solução dos problemas relatados pelos consumidores. Durante reunião realizada em Cuiabá, no dia 6 de novembro, representantes da Câmara cobraram melhorias no abastecimento e maior transparência sobre as condições da concessão.

Durante a coletiva, o vice-prefeito informou que a administração chegou a avaliar o rompimento do contrato, mas uma análise da agência reguladora apontou que a rescisão antecipada poderia gerar indenização de aproximadamente R$ 140 milhões à concessionária. Diante desse cenário, a prefeitura optou por negociar novas condições contratuais, incluindo investimentos em reservatórios, adutoras, redes de distribuição e estações de tratamento.

As negociações estão em fase final, mas ainda não foram detalhados os prazos para execução das melhorias e os mecanismos de fiscalização das obrigações da concessionária. Enquanto a CPI continua investigando o contrato, a proposta de reajuste mantém em discussão os custos do abastecimento e a qualidade dos serviços prestados à população.

A Câmara Municipal continuará acompanhando o caso por meio da CPI, enquanto a prefeitura deverá apresentar as contrapartidas previstas na negociação, buscando assegurar que os reajustes sejam acompanhados de investimentos e melhorias efetivas nos serviços.

PM e Civil apreendem mais de 300 kg de maconha em Cacoal



A ação ocorreu por volta das 18 horas de ontem, dia 11, em uma residência localizada no bairro Village do Sol, em Cacoal.

Policiais militares do 4º Batalhão de Polícia Militar (4º BPM), em atuação conjunta com a Polícia Civil, apreenderam aproximadamente 307 kg de substância com características semelhantes às da maconha. A ação ocorreu por volta das 18 horas de ontem, dia 11, em uma residência localizada no bairro Village do Sol, em Cacoal. Um homem, identificado pelas iniciais G.B.F., foi preso.

De acordo com a Polícia Militar, equipes do Núcleo de Inteligência iniciaram diligências após receberem informações de que o imóvel estaria sendo utilizado para armazenar uma grande quantidade de entorpecentes. O objetivo era identificar o responsável pela residência e verificar a procedência das informações.

Durante o patrulhamento nas proximidades do endereço investigado, os policiais visualizaram um veículo Fiat Stilo se aproximando do local. Ao perceber a presença das equipes, o condutor fugiu, dando início a um acompanhamento policial.

Após alguns momentos, os policiais conseguiram interceptar e abordar o veículo. O motorista foi identificado como G.B.F., conhecido pelo vulgo "Neblina", que estava acompanhado da esposa.

Questionado sobre o motivo de ter fugido da abordagem, o homem informou que havia uma grande quantidade de drogas armazenada em sua residência. Diante da declaração, as equipes retornaram ao imóvel indicado e realizaram buscas.

Em um dos quartos, os policiais localizaram seis fardos de cor preta contendo substância com características semelhantes às da maconha, além de outros 30 pacotes da mesma substância, que estavam envolvidos em um lençol.

Durante a continuidade das buscas, foi encontrada, no interior de um sofá da sala, uma mochila preta e azul contendo dois pacotes da mesma substância. No local, também foram apreendidos uma sacola com outro pacote, uma balança de precisão e embalagens aparentemente utilizadas para o acondicionamento e a comercialização fracionada de entorpecentes.

Após a pesagem, foram contabilizados aproximadamente 304,250 quilos da substância encontrada nos fardos e pacotes, além de outros 3,250 quilos localizados no interior do sofá, totalizando cerca de 307,500 kg.

Sobre a quantidade encontrada na mochila, o homem declarou que receberia o material como pagamento pelo armazenamento dos entorpecentes em sua residência.

Motociclista é arremessado na calçada após grave acidente na Avenida Sete de Setembro



A batida foi tão violenta que uma das vítimas morreu ainda no local, antes de receber atendimento médico.

Um grave acidente de trânsito registrado na manhã desta quinta-feira (12) resultou na morte de uma pessoa e deixou outra em estado grave no quilômetro 495 da rodovia federal BR-364, na região do município de Ariquemes, no Vale do Jamari.

De acordo com os levantamentos iniciais, a ocorrência tratou-se de uma colisão frontal envolvendo uma caminhonete e um veículo de passeio.

Com a força e a violência do impacto, ambos os automóveis ficaram severamente destruídos sobre a pista, e uma das vítimas não resistiu aos ferimentos, vindo a óbito ainda no local antes mesmo da chegada das equipes de socorro.

Segundo informações preliminares colhidas no trecho, a principal linha de apuração aponta que um dos veículos teria sofrido o estouro repentino de um pneu, o que fez com que o condutor perdesse o controle da direção, invadisse a pista contrária e atingisse o outro automóvel. A dinâmica exata, contudo, ainda será confirmada por meio de laudo técnico.

A segunda vítima envolvida na batida sofreu múltiplas lesões de natureza grave. Ela recebeu os primeiros atendimentos de estabilização no local por equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e do Corpo de Bombeiros, sendo encaminhada com urgência para o Hospital Regional de Ariquemes, onde permanece sob cuidados médicos intensivos.

Em razão da gravidade do sinistro, dos destroços espalhados pela via e da necessidade de atuação das equipes de resgate e perícia, o tráfego na BR-364 precisou ser totalmente interditado nos dois sentidos, gerando longas filas de veículos e lentidão no fluxo da rodovia durante o atendimento.

Equipes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) estiveram no local para isolar a área, controlar o fluxo de veículos e registrar o boletim de acidente de trânsito. Após a conclusão dos trabalhos da Perícia Técnica da Polícia Civil (Politec), o corpo da vítima fatal foi liberado e removido pelo Instituto Médico Legal (IML).

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE ALTO PARAÍSO - RO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°.: 059/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO n° 2497/2026

O Município de Alto Paraíso/RO torna público que realizará Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço por ITEM, REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GRAMA EM PLACAS E INSUMOS NECESSÁRIOS À IMPLANTAÇÃO, RECUPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA COBERTURA VEGETAL EM ÁREAS VERDES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (SEMA), PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. Valor estimado: R$ 241.687,30. Abertura: 27/11/2026, às 10h00min (horário de Brasília). Edital disponível em www.licitanet.com.br e www.altoparaiso.ro.gov.br. Informações: (69) 99974-9293 ou cpl.pmap123@hotmail.com.

Alto Paraíso/RO, 12 de setembro de 2026.

Eliene da Silva
Agente de Contratação

Pai agride filha após se irritar porque almoço não estava pronto em Porto Velho

Uma adolescente foi agredida pelo próprio pai após uma discussão motivada pelo atraso no preparo do almoço, na tarde desta quarta-feira (11), em uma residência na Rua Vila Mariana, bairro Flamboyant, em Porto Velho (RO). O homem teria utilizado um cipó para açoitar a filha durante o episódio de violência.

Segundo o relato da vítima, o pai chegou em casa para almoçar e, ao perceber que a refeição ainda não estava pronta, ficou irritado. Em seguida, teria agarrado a adolescente, jogado a jovem sobre uma cama e tentado enforcá-la. As agressões continuaram no chão, onde ela também foi chutada e atingida diversas vezes com o cipó.

Durante o ataque, o homem ainda teria feito ameaças, proferido xingamentos e tomado o celular da filha para impedir que ela pedisse ajuda à polícia. A adolescente foi acompanhada pela mãe até uma unidade policial, onde a ocorrência foi registrada. O pai foi conduzido à Central de Polícia para as providências cabíveis.

A ocorrência foi registrada como caso de violência contra adolescente e deverá ser encaminhada para as autoridades responsáveis pela apuração.

A vítima recebeu orientação sobre os procedimentos necessários após o registro da ocorrência, enquanto o pai foi apresentado à autoridade policial para prestar esclarecimentos sobre as acusações.

O caso chama atenção para a importância da denúncia em situações de violência dentro do ambiente familiar. A adolescente contou com o apoio da mãe para buscar ajuda e comunicar o episódio às autoridades, permitindo que as circunstâncias da agressão fossem formalmente registradas e investigadas.

A Polícia deverá analisar o relato apresentado pela vítima e os demais elementos disponíveis para esclarecer a dinâmica dos fatos e definir as medidas cabíveis.

O caso também poderá ser acompanhado pelos órgãos responsáveis pela proteção de crianças e adolescentes, conforme os procedimentos previstos para ocorrências dessa natureza.



O homem teria utilizado um cipó para açoitar a filha durante o episódio de violência.

A investigação deverá apurar ainda as ameaças e demais agressões relatadas pela adolescente, além de verificar as circunstâncias em que o celular teria sido tomado pelo pai. As autoridades deverão adotar as providências legais.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE CABIXI - RO

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Cabixi/RO torna pública a SUSPENSÃO, por prazo indeterminado, do Pregão Eletrônico n.º 040/2026/PMC, exclusivo para MPEs, de menor preço por item, Processo n.º 1-1778/2026/SEMUSA, cujo objeto é a aquisição de materiais de consumo e insumos estratégicos, incluindo materiais médico-hospitalares, laboratoriais, reagentes, testes rápidos, soluções hospitalares, curativos e demais insumos assistenciais, para atender à SEMUSA. A sessão prevista para 18/11/2026, às 09h30 (horário de Brasília-DF), na plataforma Licitanet, fica suspensa em razão da necessidade de complementação e saneamento da instrução processual, em atenção à Notificação Recomendatória n.º 09/2026/GPMMPS, do Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia. A retomada do certame será divulgada oportunamente pelos meios oficiais. Informações pelo e-mail licitacoes@cabixi.ro.gov.br ou telefone (69) 3345-2353.
Cabixi – RO, 12 de novembro de 2026.

Allison Maicon Bento Pretto
Agente de Contratação

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE CHUPINGUAIA - RO

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº.240/26

MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA E MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO, IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E VEICULOS ADAPTADOS EIRELI.
DAS ALTERAÇÕES: Fica alterada pelo presente a cláusula terceira do Contrato nº.240/26. DO PRAZO DE ENTREGA: Fica prorrogada pelo presente a cláusula terceira do Contrato n.º 240/26, pelo período de 60 (sessenta) dias, contados do término do prazo originalmente estabelecido, conforme autorização nos autos do Proc. Adm. nº. 1297/26. DAS DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem em vigor e inalteradas todas as demais cláusulas do Contrato nº. 240/26, não expressamente modificadas por este Termo Aditivo. DATA DA ASSINATURA: 11 de novembro de 2026.

RAQUEL LISBOA LOUBACK
Procuradora Municipal

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE CHUPINGUAIA - RO

HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Chupinguaia (RO), baseado no resultado apontado pelo Pregoeiro, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o Proc. Adm. nº1580/26, conforme a Conc. Elet. nº14/26. Após a tramitação legal, foi considerada vencedora pelo Pregoeiro, a empresa POTENCIAL COMERCIO E SERVICOS ELETRICOS LTDA - CNPJ: 27.894.868/0001-39, vencedora do lote licitado, perfazendo o valor total de R$ 279.097,29 (duzentos e setenta e nove mil e noventa e sete reais e vinte e nove centavos). Cumpridas as exigências da Conc. Elet. apresentado os menores preços para os itens de acordo com a Ata Final do Pregoeiro, Termo de Adjudicação e Homologação. Chupinguai-RO, 12 de novembro de 2026.

WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES
Prefeito Municipal

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE CHUPINGUAIA - RO

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº.265/26

MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA E EURO COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA
DAS ALTERAÇÕES: Fica alterada pelo presente a cláusula terceira do Contrato nº.0265/26. DO PRAZO DE ENTREGA: Fica prorrogada pelo presente a cláusula terceira do Contrato n.º 0265/26, período de até 20 (vinte) dias uteis, contados do término do prazo originalmente estabelecido. DAS DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem em vigor e inalteradas todas as demais cláusulas do Contrato nº. 0265/26, não expressamente modificadas por este Termo Aditivo. PROC. ADM.:nº.1472/26. DATA DA ASSINATURA: 11 de novembro de 2026.

RAQUEL LISBOA LOUBACK
Procuradora Municipal



Rondônia levará delegação de 90 pessoas ao Brasileiro de Karatê em Brasília



Representantes de sete municípios participarão da competição, marcada para 19 a 22 de novembro no Ginásio do Cruzeiro.

Rondônia terá uma delegação de 90 pessoas no Campeonato Brasileiro de Karatê CNKB, que será realizado entre os dias 19 e 22 de novembro, no Ginásio do Cruzeiro, em Brasília (DF). A viagem está prevista para terça-feira, dia 17 de novembro.

Segundo a Federação Rondoniense de Karatê Esportivo, o grupo reúne atletas, técnicos, árbitros, preparador físico e acompanhantes. Estarão representados os municípios de Ji-Paraná, Rolim de Moura, São Francisco do Guaporé, Monte Negro, Pimenta Bueno, Cacoal e Espigão do Oeste.

A programação terá início no dia 19, com abertura e desfile das federações. Conforme a entidade estadual, a expectativa é reunir aproximadamente 1.500 atletas, com disputa por classificações para o Mundial de 2028.

A federação informou que pagou as inscrições dos atletas, custeou diárias de técnicos e árbitros e forneceu gratuitamente os uniformes dos competidores.

O comando técnico principal da seleção rondoniense ficará sob responsabilidade de um professor do Dojô Matos, de Cacoal.

De acordo com o comunicado, a participação conta com apoio de emenda parlamentar do deputado estadual Delegado Rodrigo Camargo, da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer e do Governo de Rondônia.

O documento não detalha quantos integrantes da delegação disputarão as provas nem apresenta a distribuição dos atletas por categoria. A presença de representantes de diferentes municípios demonstra a abrangência da delegação rondoniense e o crescimento da modalidade no estado.

A participação no campeonato também será uma oportunidade para os atletas ganharem experiência em uma competição de nível nacional, além de enfrentarem competidores de outras regiões do país.

FFER divulga tabela e regulamento do Rondoniense Sicredi 2027



A Federação de Futebol do Estado de Rondônia por meio do Departamento de Competições divulgou nesta quinta feira a tabela e o regulamento do Rondoniense Sicredi 2027. Os jogos da competição começam a partir do dia 16 de janeiro com a final prevista para o dia 13 ou 14 de março.

Na tabela os jogos do Grupo A, dos clubes da capital, Barcelona, Gazin Porto Velho, Sport Genus e Rondoniense aparecem com local a definir, porque os clubes ainda não formalizaram onde vão mandar seus jogos. Durante o Congresso Técnico da Competição, a Federação de Futebol do Estado de Rondônia colocou à disposição dos clubes o CDF - Heitor Costa e aguarda a formalização de interesses de utilização da praça esportiva pra mandarem seus jogos.

O Departamento de Competições da FFER também divulgou o Regulamento Específico da principal competição de Rondônia, o Rondoniense Sicredi 2027.

O Departamento de Competições da FFER também divulgou o Regulamento Específico da principal competição de Rondônia, o Rondoniense Sicredi 2027. Confira aqui. Na oportunidade o DCO da FFER também disponibilizou o REC Geral, o Regulamento Geral das Competições para a próxima temporada.

